

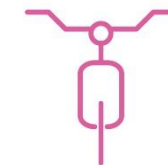
Medidas prioritárias	Quais os principais atores envolvidos?	Recomendações
Promoção dos serviços e práticas de saneamento ambiental em toda a extensão da Trama Verde e Azul.	Prefeituras, Governo do Estado (SECIR e Agência Metropolitana), empresas loteadoras.	<ul style="list-style-type: none">- Apresentar como solução urbanística dos projetos de engenharia nos fundos de vale a incorporação dos usos e funções da TVA (lazer, turismo, corredores de preservação ambiental, percurso, conectividade urbana, ciclovias, vias de pedestre, pistas de caminhada), incluindo equipamentos de cultura e áreas agrícolas.- Incorporar tecnologias de saneamento ecológico, tais como a utilização de tanque de evapotranspiração.
Conservar o que está de pé dentro da trama verde azul, por meio de fiscalização, proteção e recuperação das APPs, priorizando as áreas degradadas onde há maior facilidade de intervenção.	Prefeituras, Governo do Estado (SEMAD, SETUR, SECIR e Agência Metropolitana), empresas loteadoras.	<ul style="list-style-type: none">- Delimitação das APPs nos espaços públicos e áreas particulares, associada a um processo de compensação financeira.- Na fiscalização tratar as áreas de proteção em forma igual.- Valorizar as áreas rurais com a promoção de atividades de ecoturismo.
Ações de comunicação, mobilização, participação e educação voltadas para o meio ambiente e saúde pública.	Prefeituras, Governo do Estado, Universidades.	<ul style="list-style-type: none">- Instalação de um comitê interinstitucional, supra-governamental, dentro da estrutura de governança metropolitana, com a incumbência primordial de articular os atores, consolidar e validar dados e informações e captar recursos para a implementação, considerando a lógica de bacia hidrográfica para o planejamento e execução dos projetos e sua interligação.- Realização de audiências públicas visando a inserção da comunidade na discussão.



Medidas prioritárias	Quais os principais atores envolvidos?	Recomendações
Criação e manutenção de estrutura municipal qualificada e permanente de gestão e controle social de políticas urbanas.	Municípios (técnicos e gestores), Agência RMBH, MP, sociedade civil, poder legislativo municipal.	<ul style="list-style-type: none">- Capacitação e fortalecimento de equipes técnicas municipais;- Criação de fóruns permanentes de discussão e nivelamento;- Implementação de políticas de educação urbana;- Criação e disseminação de modelos de gestão para instituição dessas estruturas fixas de políticas urbanas;- Empoderamento e capacitação de servidores efetivos para dar continuidade a essas políticas.
Legitimação do processo de planejamento metropolitano	Municípios (técnicos e gestores), Agência RMBH, MP, sociedade civil, poder legislativo municipal.	<ul style="list-style-type: none">- Disseminação das diretrizes do PDDI;- Dar maior publicidade das políticas comuns atuantes na RMBH;- Capacitação e mobilização dos atores metropolitanos;
Simplificar e fortalecer os processos de análise das questões de interesse metropolitano.	Agência RMBH, técnicos municipais, empreendedores e sociedade civil.	<ul style="list-style-type: none">- Criação/fortalecimento de uma instância permanente para discussão de assuntos específicos relacionados à ordenamento territorial, como fluxo de processo de parcelamento e legislação fundiária;- Implementação de mecanismos/ferramentas legais;- Revisão de fluxos e procedimentos para aprovação de processos de parcelamento do solo na RMBH;- Fiscalização de loteamento em área rural;- Criação de políticas fundiárias específicas de cunho social.



Medidas prioritárias	Quais os principais atores envolvidos?	Recomendações
Assessoria técnica Agroecológica (produção, consumo e combate ao agrotóxico)	Emater, Prefeituras Municipais, associações de agricultores, redes de agroecologia, ONGs, Universidades, movimentos sociais, agricultores, consumidores, câmaras municipais e ALMG.	-
Comercialização (estudos de viabilidade, preço, circuitos curtos, mercados institucionais e sistema de participação de garantias)	Emater, Prefeituras Municipais, associações de agricultores, redes de agroecologia, ONGs, Universidades, movimentos sociais, agricultores, consumidores, câmaras municipais e ALMG.	-
Conter o crescimento da mancha urbana, reservar terras agricultáveis e garantir acesso a água.	Emater, Prefeituras Municipais, associações de agricultores, redes de agroecologia, ONGs, Universidades, movimentos sociais, agricultores, consumidores, Copasa, Igam, Agência RMBH, câmaras municipais e ALMG.	Poder público: Propor legislação que contenha o crescimento da mancha urbana Sociedade Civil: pressionar pela elaboração e cumprimento da legislação



Medidas prioritárias	Quais os principais atores envolvidos?	Recomendações
Integração metropolitana e municipal: tarifária, operacional, institucional e multimodal; implementação de bilhete único e construção de plataforma de comunicação rápida para os usuários.	SETOP, municípios, usuários, Agências reguladoras e operadoras de transporte.	Revisão de contratos, cálculo tarifário e políticas tarifárias.
Integração Viária de transportes coletivos entre municípios da RMBH, compatibilizando o planejamento municipal e metropolitano e reforçando as centralidades do PDDI.	Prefeituras, câmaras, comunidade, Agência, SETOP.	Melhoria das conexões viárias e de transporte entre os municípios. Articulações de trabalho e elaboração de projetos e programas em conjunto e no âmbito metropolitano.
Estabelecer novo marco de governança metropolitana para garantir a efetividade das políticas de mobilidade.	Governos locais e estadual, assembléia legislativa e metropolitana e sociedade.	-

Medidas prioritárias

Recomendações



Proposta 1: Pressionar a cota social (aprovação do Projeto de Lei do PDDI – 10% dos loteamentos para HIS).

Proposta 2: Levantamento e destinação de terrenos e imóveis ociosos, com prioridade para os públicos, que tenham condição de receber HIS, por meio das entidades de moradia popular.

Proposta 3: Aprovação da destinação na proporção de 1% do ICMS para o Fundo Estadual de Habitação, destinado ao público de baixa renda.

Proposta 4: Estruturar o serviço de assistência técnica para novas unidades e melhorias de unidades existentes.